



Município da Lourinhã

**Divisão de Serviços Municipais, Infraestruturas e Frotas**  
**Aquisição de bens e serviços**

## **CADERNO DE ENCARGOS**

Cláusulas Jurídicas Gerais e Cláusulas / Especificações Técnicas

### **Procedimento por Consulta Prévia**

[Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 20º do Código Contratos Públicos, na sua atual redação]

#### **Aquisição de Serviços**

#### **Controlo de Pragas e desinfestação na área territorial do Município da Lourinhã**

Procedimento com a referência:

**CPG/16/2024**

Valor base para efeitos do presente procedimento é de 16.000,00Euros

**O Vereador**, em Regime de Permanência a tempo inteiro da Câmara Municipal da Lourinhã, por Despacho da Delegação de Competências, datado de 17/05/2023.  
(João José da Silva Serra)



## ÍNDICE

<b>CADERNO DE ENCARGOS .....</b>	<b>4</b>
Parte I   Cláusulas Jurídicas.....	4
Capítulo I – Disposições gerais.....	4
Cláusula 1. <sup>a</sup> – Objeto .....	4
Cláusula 2. <sup>a</sup> – Contrato .....	4
Cláusula 3. <sup>a</sup> – Preço base.....	5
Cláusula 4. <sup>a</sup> – Prazo de vigência do contrato.....	5
Capítulo II – Obrigações contratuais .....	5
Secção I - Obrigações do Fornecedor.....	5
Subsecção I - Disposições gerais .....	5
Cláusula 5. <sup>a</sup> – Obrigações principais do prestador de serviços .....	5
Cláusula 6. <sup>a</sup> – Atualizações Jurídico-Comerciais .....	6
Cláusula 7. <sup>a</sup> – Forma de prestação do serviço.....	7
Cláusula 8. <sup>a</sup> – Prazos da prestação do serviço .....	7
Cláusula 9. <sup>a</sup> – Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato .....	8
Cláusula 10. <sup>a</sup> – Objeto do dever de sigilo .....	8
Cláusula 11. <sup>a</sup> – Prazo do dever de sigilo.....	9
Secção II - Obrigações do Município da Lourinhã.....	9
Cláusula 12. <sup>a</sup> – Preço contratual .....	9
Cláusula 13. <sup>a</sup> - Condições de pagamento .....	10
Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução .....	10
Cláusula 14. <sup>a</sup> – Penalidades contratuais.....	10
Cláusula 15. <sup>a</sup> – Força maior .....	11



Cláusula 16. <sup>a</sup> – Resolução por parte do contraente público.....	12
Cláusula 17. <sup>a</sup> – Resolução por parte do prestador de serviços.....	13
Capítulo IV - Caução e seguros .....	13
Cláusula 18. <sup>a</sup> – Caução.....	13
Cláusula 19. <sup>a</sup> – Seguros.....	13
Capítulo V - Resolução de litígios .....	14
Cláusula 20. <sup>a</sup> – Foro competente .....	14
Capítulo VI - Disposições finais.....	14
Cláusula 21. <sup>a</sup> – Subcontratação e cessão da posição contratual.....	14
Cláusula 22. <sup>a</sup> – Comunicações e notificações .....	14
Cláusula 23. <sup>a</sup> – Contagem dos prazos .....	14
Cláusula 24. <sup>a</sup> – Legislação aplicável .....	15
Parte II   Cláusulas Técnicas.....	15
ANEXO A .....	15



# CADERNO DE ENCARGOS

## PARTE I | CLÁUSULAS JURÍDICAS

### Capítulo I – Disposições gerais

4

#### Cláusula 1.<sup>a</sup> – Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **prestação de serviços para Controlo de Pragas e desinfestação na área territorial do Município da Lourinhã**, de acordo com as **especificidades técnicas** definidas na **Parte II | Cláusulas Técnicas** do presente Caderno de Encargos.
2. O objeto do contrato encontra-se definido com Vocabulário Comum para os Contratos Públicos, com código CPV – 90720000-0 Proteção Ambiental, instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro de 2003, e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008 e passou a ser aplicável a partir de 15/09/2008.

#### Cláusula 2.<sup>a</sup> – Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e pelos seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a. Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c. O presente caderno de encargos;
  - d. A proposta adjudicada;
  - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.



3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

### **Cláusula 3.ª – Preço base**

1. O preço base do procedimento, para os efeitos decorrentes do disposto no art.º 47.º do CCP, é de EUR: 16.000,00 (dezasseis mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondendo ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
2. O valor base tem por referência o resultado da consulta preliminar de mercado, efetuada conforme previsto no artigo 35º-A do CCP.

### **Cláusula 4.ª – Prazo de vigência do contrato**

O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

## **Capítulo II – Obrigações contratuais**

### **Secção I - Obrigações do Prestador de Serviços**

#### **Subsecção I - Disposições gerais**

### **Cláusula 5.ª – Obrigações principais do prestador de serviços**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos, nomeadamente nas cláusulas técnicas, ou nas cláusulas contratuais, da



celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a)** Obrigação de assegurar a prestação de serviços identificados neste caderno de encargos, dentro dos requisitos enunciados neste, nos termos do disposto das peças do procedimento decorrentes do presente objeto de contrato;
  - b)** Informar o gestor do contrato designado pelo Município da Lourinhã de qualquer situação anómala ao normal funcionamento do serviço;
  - c)** Se, no decurso do contrato, o adjudicatário deixar, por qualquer motivo, de possuir todos os requisitos exigidos para a prestação de serviços, o contrato poderá se resolvido pelo Município da Lourinhã, sem que aquele outro possa, pelo fato, ter direito a qualquer ressarcimento ou indemnização;
  - d)** Obrigação de manter a proposta pelo prazo de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para apresentação de propostas.
- 2.** A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à boa execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

### **Cláusula 6.<sup>a</sup> – Atualizações Jurídico-Comerciais**

- 1.** O prestador de serviços deve comunicar ao Município da Lourinhã, qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato, e que altere, designadamente:
  - a)** Os poderes de representação dos seus mandatários no contrato;
  - b)** A sua denominação e sede social;
  - c)** A sua situação jurídica;
  - d)** A sua situação comercial.
- 2.** O prestador de serviços obriga-se durante a vigência do contrato a manter regularizadas as obrigações fiscais para com o Estado Português e as obrigações contributivas no âmbito do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social Português, ou do Estado de que seja nacional ou onde se encontre estabelecido.



### Cláusula 7.<sup>a</sup> – Forma de prestação do serviço

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a dar conta do andamento dos trabalhos, promovendo sempre que necessário reuniões de coordenação com a **Gestora do Contrato, Eng.<sup>a</sup> Sofia Delgado**, Técnica Superior da Divisão de Água e Ambiente – Coordenação de Ambiente (DAA-CA), responsável pela execução deste contrato, nomeada pela entidade adjudicante, para a gestão do procedimento em articulação com a entidade adjudicatária, com vista a verificar se aquela reúne os requisitos técnicos definidos no convite, no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocação escrita por parte do prestador de serviços, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.
3. O prestador de serviços fica também obrigado a apresentar ao Município da Lourinhã um relatório final, ou relatórios intercalares, sempre que se justifique, com a evolução de todos os procedimentos objeto dos serviços a prestar e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.
4. No final da execução do contrato, o prestador de serviços deve, caso se justifique, elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos na execução do contrato.
5. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

7

### Cláusula 8.<sup>a</sup> – Prazos da prestação do serviço

1. O adjudicatário obriga-se a executar os serviços, com todos os elementos referidos no presente caderno de encargos, pelo prazo estimado de **12 (doze) meses** a partir da data da outorga do contrato.
2. O presente contrato deverá ser executado continuamente e em qualquer circunstância supervisionado pela **Gestora do Contrato, Eng.<sup>a</sup> Sofia Delgado**, da (DAA-CA), que tem como função, acompanhar a execução do contrato, tendo por base o desempenho do cocontratante de acordo com as especificidades técnicas, definidas na parte II do presente Caderno de Encargos.





### **Cláusula 9.<sup>a</sup> – Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato**

1. Trimestralmente, o Município da Lourinhã procede à respetiva análise do serviço prestado, com vista a verificar se o mesmo reúne as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Na análise a que se refere o número anterior, o prestador de serviços deve disponibilizar ao Município da Lourinhã toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
3. No caso de a análise do Município da Lourinhã a que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade do serviço prestado com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, o Município da Lourinhã deve, disso, informar por escrito, o prestador de serviços.
4. No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município da Lourinhã, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
5. Após a realização das alterações e complementos necessários pelo prestador de serviços, no prazo respetivo, o Município da Lourinhã procede a nova análise, nos termos do n.º 1.
6. Caso a análise do Município da Lourinhã a que se refere o n.º 1 comprove a conformidade do serviço prestado com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, deve ser emitido, se aplicável, no prazo máximo de 5 dias a contar do termo dessa análise, um relatório intercalar pelo gestor de contrato do Município da Lourinhã.
7. A emissão do relatório a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos.

### **Cláusula 10.<sup>a</sup> – Objeto do dever de sigilo**

1. O prestador de serviços, deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município da





Lourinhã, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

9

### **Cláusula 11.<sup>a</sup> – Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

## **Secção II - Obrigações do Município da Lourinhã**

### **Cláusula 12.<sup>a</sup> – Preço contratual**

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do caderno de encargos, o Município de Lourinhã deverá pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, não podendo, em qualquer caso, ser superior a 16.000,00€ (dezassex mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, pelo período de vigência do contrato, 12 (doze) meses, a contar após a outorga do contrato.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município da Lourinhã, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.



### **Cláusula 13.<sup>a</sup> - Condições de pagamento**

1. As quantias devidas pelo Município de Lourinhã, nos termos da cláusula anterior, deverão ser pagas após a receção, aceitação e verificação da conformidade da prestação de serviços, pelo contraente público, da respetivas fatura, no prazo de 30 dias, após a prestação do serviço de acordo com a Parte II – Especificações Técnicas do presente Caderno de Encargos, as quais só poderão ser emitidas após vencimento da obrigação respetiva.
2. Não poderão ser propostos adiantamentos por conta dos serviços a prestar, sendo o pagamento efetuado após a realização de cada um dos Relatórios identificados no objeto do contrato.
3. As faturas deverão ser enviadas para o Município de Lourinhã – Coordenação Financeira, Praça José Máximo da Costa, 2530-850 Lourinhã, com a indicação do N.º Sequencial da Ficha de Compromisso.
4. Em caso de discordância por parte do Município da Lourinhã, quanto ao valor indicado nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de Cheque ou Transferência Bancária.

10

## **Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução**

### **Cláusula 14.<sup>a</sup> – Penalidades contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município da Lourinhã pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento nos seguintes termos:
  - a) Pelo incumprimento das datas e prazos estabelecidos de acordo com o programa de trabalhos apresentado na proposta do adjudicatário, tendo em conta as especificidades técnicas da Parte II, do presente Caderno de Encargos.



2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município da Lourinhã pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 20% do preço contratual.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo do n.º 1, relativamente aos bens objeto de contrato cujo atraso tenha determinado a respetiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município da Lourinhã tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
5. O Município da Lourinhã pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município da Lourinhã exija uma indemnização pelo dano excedente.

#### **Cláusula 15.<sup>a</sup> – Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;



- d)** Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
  - e)** Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f)** Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
  - g)** Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Cláusula 16.<sup>a</sup> – Resolução por parte do contraente público**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município da Lourinhã, pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
- a)** Pelo incumprimento na prestação dos serviços do contrato superior a três meses ou declaração escrita do prestador de serviços de que o incumprimento excederá esse prazo;
  - b)** Por deficiências graves na prestação dos serviços especialmente quando reiteradas. Considera-se deficiência grave quando, designadamente, o prestador de serviços persistir no cumprimento defeituoso, após notificação da Câmara Municipal da Lourinhã para suprimir ou corrigir as deficiências identificadas.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinada pelo contraente público.



### **Cláusula 17.<sup>a</sup> – Resolução por parte do prestador de serviços**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando:
  - a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida, ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, incluindo os juros.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da Clausula 20.<sup>o</sup>.
3. Nos casos previstos na alínea a) do n.<sup>o</sup> 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município da Lourinhã, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.<sup>o</sup> do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

13

## **Capítulo IV - Caução e seguros**

### **Cláusula 18.<sup>a</sup> – Caução**

De acordo com o estabelecido no n.<sup>o</sup> 2 do art.<sup>o</sup> 88.<sup>o</sup> do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação, não é exigível a prestação de caução no âmbito do presente procedimento.

### **Cláusula 19.<sup>a</sup> – Seguros**

1. Sem prejuízo da obrigatoriedade do adjudicatário contratar todos os seguros necessários á prestação de serviços, designadamente de responsabilidade civil e acidentes de trabalho, não é exigível a apresentação de contrato de seguro, dos riscos inerentes ao desenvolvimento da atividade e dos danos ou prejuízos causados pelo seu exercício relativamente ao Município da Lourinhã, ou a terceiros.
2. O Município da Lourinhã pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior,



devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo de 5 dias subsequentes à respetiva notificação de adjudicação.

## **Capítulo V - Resolução de litígios**

### **Cláusula 20.<sup>a</sup> – Foro competente**

14

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

## **Capítulo VI - Disposições finais**

### **Cláusula 21.<sup>a</sup> – Subcontratação e cessão da posição contratual**

A cessão da posição contratual e a subcontratação estão vedados, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 317.º do CCP, na sua atual redação.

### **Cláusula 22.<sup>a</sup> – Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

### **Cláusula 23.<sup>a</sup> – Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.



### **Cláusula 24.<sup>a</sup> – Legislação aplicável**

Em tudo o omissso ou que suscite dúvidas no presente contrato, reger-se-á pela legislação portuguesa em vigor, nomeadamente:

- a)** Código dos Contratos Público, na sua atual redação.
- b)** Código do Procedimento Administrativo, na sua redação atualizada;
- c)** Restante legislação aplicável.

15

## **PARTE II | CLÁUSULAS TÉCNICAS**

### **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

#### **1. Objeto do contrato:**

Aquisição de serviços para desinfestações e controlo de pragas (murídeos, blatídeos e insetos) na área territorial do Município da Lourinhã.

#### **a) Localidades (Mapas em Anexo)**

- Lourinhã - área referenciada no mapa 1
- Marteleira - área referenciada no mapa 2
- Miragaia - área referenciada no mapa 3
- Moita dos Ferreiros - área referenciada no mapa 4
- Moledo - área referenciada no mapa 5
- Nadrupe - área referenciada no mapa 6
- Pena Seca - área referenciada no mapa 7
- Praia da Areia Branca - área referenciada no mapa 8
- Porto Dinheiro - área referenciada no mapa 9
- Reguengo Grande - área referenciada no mapa 10





- Ribamar - área referenciada no mapa 11
- Seixal - área referenciada no mapa 12
- Toledo - área referenciada no mapa 13
- Ventosa - área referenciada no mapa 14
- Vimeiro - área referenciada no mapa 15
- Zambujeira do Mar - área referenciada no mapa 16

#### **b) Equipamentos / Instalações Municipais**

- Armazém, Oficinas e Estaleiro Municipal;
- Arquivo Municipal;
- Centro de Interpretação da Batalha do Vimeiro;
- Depósito Temporário de Resíduos – Centro de Recolha;
- Edifício Paços do Município (Bar/Cafetaria);
- Estádio Municipal;
- Loja Social;
- Mercado Municipal da Lourinhã;
- Mercado Municipal da Praia da Areia Branca e lojas municipais;
- Parque de Campismo da Praia da Areia Branca;
- Refeitórios Municipais: 1º andar do Mercado Municipal da Lourinhã e Edifício das Oficinas Municipais e Estaleiro;
- Unidades de Cuidados de Saúde da Lourinhã: Centro de Saúde da Lourinhã, Polo da Moita dos Ferreiros, Polo do Reguengo Grande e Polo de Ribamar.

#### **c) Bairros Municipais**

- Bairro da Atalaia;
- Bairro da Eira - Miragaia;
- Bairro da Ladeirinha – Reguengo Grande;



- Bairro da Moita dos Ferreiros;
- Bairro do Moledo;
- Bairro da Palmeira, Lourinhã (incluído no mapa 1);
- Bairro da Sagrada Família – Areia Branca;
- Bairro de São Bartolomeu dos Galegos;
- Bairro São Francisco de Assis – Casal Novo.

#### **d) Equipamentos Escolares Municipais**

- Escola Básica Atalaia;
- Escola Básica Cabeça Gorda;
- Escola Básica Casal Novo;
- Escola Básica Dr. Afonso Rodrigues Pereira;
- Escola Básica Dr. Catanho de Menezes;
- Escola Básica Dr. João das Regras;
- Escola Básica Marquiteira;
- Escola Básica Marteleira
- Escola Básica Moita dos Ferreiros;
- Escola Básica Moledo;
- Escola Básica Praia da Areia Branca;
- Escola Básica Reguengo Grande;
- Escola Básica Ribamar;
- Escola Básica Salvador Leonardo Ferreira;
- Escola Básica Seixal;
- Escola Básica Vimeiro;
- Escola Básica Zambujeira;
- Escola Secundária Dr. João Manuel da Costa Delgado
- Jardim Infância Atalaia;
- Jardim Infância Miragaia;
- Jardim de Infância Moledo
- Jardim Infância Ventosa.



Assim, para o Município da Lourinhã executar as suas competências e atribuições é necessário que o controlo de pragas e desinfestações na área territorial do Município da Lourinhã seja assegurado por uma entidade especializada e certificada para o efeito.

## 2. Fundamentação para o recurso à consulta prévia.

18

Propõe-se a abertura de procedimento por consulta prévia, para a contratação de prestação de serviços de desinfestações e controlo de pragas (murídeos, blatídeos e insetos) na área territorial do Município da Lourinhã de modo a garantir a proteção da saúde e do bem-estar dos cidadãos e a salubridade do espaço público, de acordo com o disposto na alínea m) do ponto 3 do artigo 25º do Regulamento e Estrutura Orgânica do Município da Lourinhã - Despacho n.º 5149/2023 de 3 maio.

## 3. Objeto do contrato e especificações técnicas

Consiste na aquisição de prestação de serviços de desinfestações e controlo de pragas (murídeos, blatídeos e insetos) na área territorial do Município da Lourinhã, em conformidade com as seguintes especificações técnicas.

### 3.1 Especificações técnicas - Características gerais

#### 3.1.1 Locais, tipo e número de intervenção

**3.1.1.1** Realização de intervenções de desratização e desbaratização, ações ativas e de vigilância, efetuadas na rede de coletores de saneamento básico e à superfície onde se registre vestígios e/ou focos de infestação nas seguintes **localidades** (mapas em anexo):

- **Lourinhã**: área referenciada no mapa 1, com 4 intervenções/ano;
- **Marteleira**: área referenciada no mapa 2, com 4 intervenções/ano;
- **Miragaia**: área referenciada no mapa 3, com 4 intervenções/ano
- **Moita dos Ferreiros**: área referenciada no mapa 4, com 4 intervenções/ano
- **Modelo**: área referenciada no mapa 5, com 4 intervenções/ano;
- **Nadrupe**: área referenciada no mapa 6, com 4 intervenções/ano;
- **Pena Seca**, área referenciada no mapa 7, com 4 intervenções/ano;



- **Praia da Areia Branca:** área referenciada no mapa 8, com 4 intervenções/ano;
- **Porto Dinheiro:** área referenciada no mapa 9, com 4 intervenções/ano;
- **Reguengo Grande:** área referenciada no mapa 10, com 4 intervenções/ano;
- **Ribamar:** área referenciada no mapa 11, com 4 intervenções/ano;
- **Seixal:** área referenciada no mapa 12, com 4 intervenções/ano;
- **Toledo:** área referenciada no mapa 13, com 4 intervenções/ano;
- **Ventosa:** área referenciada no mapa 14, com 4 intervenções/ano;
- **Vimeiro:** área referenciada no mapa 15, com 4 intervenções/ano;
- **Zambujeira do Mar:** área referenciada no mapa 16, com 4 intervenções/ano.

**3.1.1.2** Realização de intervenções de desratização e desbaratização, ações ativas e de vigilância, efetuadas na rede de coletores de saneamento básico, à superfície onde se registre vestígios e/ou focos de infestação e no interior da edificação de **Equipamentos / Instalações Municipais:**

- **Armazém, Oficinas e Estaleiro Municipal** (Estrada Nacional 247 – Km14,4, Casal Novo), com 4 intervenções/ano;
- **Arquivo Municipal** (Estrada da Atalaia, Centro Empresarial Águas de Mouro, Pavilhão C), com 4 intervenções/ano;
- **Centro de Interpretação da Batalha do Vimeiro** (Rua do Monumento, n.º 17, Vimeiro, 2530-835 Vimeiro), com 4 intervenções/ano;
- **Depósito Temporário de Resíduos – Centro de Recolha** (Estrada Nacional 361-1 – Km 0,315 – Lourinhã), com 4 intervenções/ano;
- **Edifício Paços do Município** (Praça José Máximo da Costa, Lourinhã), com 4 intervenções/ano;
- **Estádio Municipal** (Rua Engenheiro Adelino Amaro da Costa, Lourinhã), com 4 intervenções/ano;
- **Loja Social** (R. Raul Gomes Ferreira, nº1 R/C – Lourinhã), com 4 intervenções/ano;



- **Mercado Municipal da Lourinhã** (Avenida Maestro Manuel Maria Baltazar, Lourinhã), com 6 intervenções/ano;
- **Mercado Municipal da Praia da Areia Branca e lojas municipais** (Rua da Foz, Praia da Areia Branca – lojas 2, 3 e 4), com 12 intervenções/ano;
- **Parque de Campismo da Praia da Areia Branca** (Rua do Campismo, Praia da Areia Branca) com 6 intervenções/ano;
- **Refeitórios Municipais:**
  - 1º andar do Mercado Municipal (Avenida Maestro Manuel Maria Baltazar, Lourinhã), com 4 intervenções/ano
  - Edifício das Oficinas Municipais e Estaleiro (Estrada Nacional 247 – Km14,4, Casal Novo), com 4 intervenções/ano;
- **Unidades de Cuidados de Saúde da Lourinhã:**
  - Centro de Saúde da Lourinhã (Avenida Dr. Catanho de Menezes s/n, Lourinhã), com 4 intervenções/ano;
  - Polo da Moita dos Ferreiros (Estrada Nacional 361, nº54B, Moita Ferreiros), com 4 intervenções/ano;
  - Polo do Reguengo Grande (Urbanização Junta de Freguesia nº10, Reguengo Grande), com 4 intervenções/ano;
  - Polo de Ribamar (Rua Manuel Filipe Fonseca nº1, Ribamar), com 4 intervenções/ano.

**3.1.1.3** Realização de intervenções de desratização e desbaratização, ações ativas e de vigilância, efetuadas na rede de coletores de saneamento básico e à superfície onde se registre vestígios e/ou focos de infestação nos **Bairros Municipais** (mapas em anexo):

- **Bairro da Atalaia** (2530-044 Atalaia), mapa 17, com 4 intervenções/ano;
- **Bairro da Eira** (2530-403 Miragaia), mapa 18, com 4 intervenções/ano;
- **Bairro da Ladeirinha** (2530-564 Reguengo Grande), mapa 19, com 4 intervenções/ano;



- **Bairro da Moita dos Ferreiros** (Rua José Castanheira 2530-483 Moita dos Ferreiros / Rua da Horta 2530-902 Moita dos Ferreiros), mapa 20, com 4 intervenções/ano;
- **Bairro do Moledo** (2530-514 Moledo), mapa 21 com 4 intervenções/ano;
- **Bairro da Palmeira** (Praceta das Flores, Bloco 2, 2530-099 Lourinhã), incluído na área do mapa 1, com 4 intervenções/ano;
- **Bairro da Sagrada Família** (2530-065 Areia Branca), mapa 22, com 4 intervenções/ano;
- **Bairro de São Bartolomeu dos Galegos** (Rua da Rocida / Travessa da Rocida 2530-707 São Bartolomeu dos Galegos), mapa 23, com 4 intervenções/ano;
- **Bairro São Francisco de Assis** (2530-095 Casal Novo), mapa 24, com 4 intervenções/ano.

**3.1.1.4** Realização de intervenções de desratização, desbaratização e desinsetização, ações ativas e de vigilância, efetuadas na rede de coletores de saneamento básico, à superfície onde se registre vestígios e/ou focos de infestação e no interior da edificação de **Equipamentos Escolares Municipais**:

- **Escola Básica Atalaia** (Estrada de Porto Barcas, Atalaia), com 2 intervenção/ano
- **Escola Básica Cabeça Gorda** (Avenida da Liberdade, Cabeça Gorda), com 2 intervenções/ano;
- **Escola Básica Casal Novo** (Rua Fonte da Aroeira, Casal Novo), com 2 intervenções/ano;
- **Escola Básica Dr. Afonso Rodrigues Pereira** (Rua dos Moinhos, n.º 44, Miragaia), com 4 intervenções/ano;
- **Escola Básica Dr. Catanho de Menezes** (Rua António Maria Roque Delgado, Lourinhã), com 4 intervenções/ano;
- **Escola Básica Dr. João das Regras** (Avenida Angola, Lourinhã), com 4 intervenções/ano;
- **Escola Básica Marquiteira** (Rua de Santa Bárbara nº 61, Marquiteira), com 2 intervenções/ano;



- **Escola Básica Marteleira** (Avenida 1 de Janeiro, 2530-355 Marteleira), com 2 intervenções/ano;
- **Escola Básica Moita dos Ferreiros** (Estrada Nacional nº 361, Moita dos Ferreiros), com 4 intervenções/ano;
- **Escola Básica Moledo** (Rua Principal, nº 4, Moledo), com 2 intervenções/ano;
- **Escola Básica Praia da Areia Branca** (Rua do Pinhal, Praia da Areia Branca), com 2 intervenções/ano;
- **Escola Básica Reguengo Grande** (Rua Dr. José Marques, Reguengo Grande), com 4 intervenções/ano;
- **Escola Básica Ribamar** (Rua da Bela Vista, n.º 2, Ribamar), com 4 intervenções/ano;
- **Escola Básica Salvador Leonardo Ferreira** (Rua 24 de Agosto, nº 19, São Bartolomeu dos Galegos), com 2 intervenções/ano;
- **Escola Básica Seixal** (Rua do Moinho, Seixal), com 2 intervenções/ano;
- **Escola Básica/JI Vimeiro** (Bairro da Escola, Vimeiro), com 2 intervenções/ano;
- **Escola Básica Zambujeira** (Rua da Escola, Zambujeira), com 2 intervenções/ano;
- **Escola Secundária Dr. João Manuel da Costa Delgado** (Rua Vale Geões, Lourinhã), com 4 intervenções/ano;
- **Jardim Infância Atalaia** (Rua do Sargaçalinho nº 10, Atalaia), com 2 intervenções/ano;
- **Jardim Infância Miragaia** (Rua Santa Ana, Miragaia), com 2 intervenções/ano;
- **Jardim de Infância do Moledo** (Largo da Fundação Nacional, 12, Moledo) com 2 intervenções/ano;
- **Jardim Infância Ventosa** (Rua da Indústria nº 3, Ventosa - Santa Bárbara), com 2 intervenções/ano.

**3.1.1.5** Realização de **20 intervenções pontuais** de desinfestação (ratos, baratas, formigas/insetos e parasitas), ações ativas e de vigilância, efetuadas na rede de coletores de saneamento básico, à superfície onde se registe vestígios e/ou focos de





infestação e no interior de edificações / equipamentos / instalações, mediante solicitação.

### **3.1.2 Métodos e produtos a aplicar**

#### **3.1.2.1 Controlo de Murídeos**

À superfície e no interior de edifícios e instalações, aplicação de postos de engodo, devidamente selados e identificados, fixos ao solo ou em locais estratégicos e sempre que exista necessidade da aplicação dos mesmos.

Em zonas alimentares ou similares, utilização de postos de engodo com iscos não tóxicos de acordo com o sistema de HACCP.

Todos os dispositivos de controlo terão que ser sinalizados, numerados e documentados em mapa ou descritivo do local.

Nas caixas de visita da rede de coletores de saneamento e na periferia das instalações, aplicação de iscos rodenticidas à base de anticoagulantes e em locais de maior probabilidade de proliferação de infestantes.

Execução de ações de repicagem nos locais identificados com infestação e sempre que necessário, até que se verifique uma ausência de vestígios da existência da praga.

Execução de relatórios técnicos de intervenção, com indicação dos locais intervencionados, se aplicável, com identificação em mapa das caixas de visita intervencionadas e com referência ao nível de infestação.

Os produtos e técnicas a utilizar deverão ter em consideração a eficácia no controlo de pragas, a preservação do meio ambiente e segurança de pessoas e animais. Os produtos deverão ser adquiridos em Laboratórios devidamente homologados e autorizados pelas autoridades competentes (Direção-Geral de Saúde e ou Direção-Geral de Alimentação e Veterinária).

#### **3.1.2.2 Controlo de Blatídeos**

À superfície e no interior de edifícios e instalações, aplicação de métodos químicos, tais como pulverizações, nebulizações e aplicação de gel em locais estratégicos e sempre que exista necessidade da aplicação dos mesmos.



Em zonas alimentares ou similares, utilização de técnicas e produtos de baixa toxicidade, isentos de odor, sem que tal comprometa a sua eficiência, possibilitando que sejam aplicados com total segurança em locais de maior sensibilidade toxicológica e de acordo com o sistema de HACCP.

Nas caixas de visita da rede de coletores de saneamento e na periferia das instalações, aplicação direta de inseticida residual com pulverização e em locais de maior probabilidade de proliferação de infestantes.

Todos os dispositivos de controlo terão que ser sinalizados, numerados e documentados em mapa ou descritivo do local.

Execução de ações de repicagem nos locais identificados com infestação e sempre que necessário, até que se verifique uma ausência de vestígios da existência da praga.

Execução de relatórios técnicos de intervenção, com indicação dos locais intervencionados, se aplicável, com identificação em mapa das caixas de visita intervencionadas, e referência ao nível de infestação.

Os produtos e técnicas a utilizar deverão ter em consideração a eficácia no controlo de pragas, a preservação do meio ambiente e segurança de pessoas e animais. Os produtos deverão ser adquiridos em Laboratórios devidamente homologados e autorizados pelas autoridades competentes (Direção-Geral de Saúde - DGS ou pela Direção-Geral de Alimentação e Veterinária - DGAV).

### 3.1.2.3 Controlo de Insetos - Formigas

À superfície e no interior de edifícios e instalações, aplicação de métodos químicos, tais como pulverizações, nebulizações ou outras técnicas, em locais estratégicos e sempre que exista necessidade da aplicação dos mesmos.

Em zonas alimentares ou similares, utilização de técnicas e produtos de baixa toxicidade, isentos de odor, sem que tal comprometa a sua eficiência, possibilitando que sejam aplicados com total segurança em locais de maior sensibilidade toxicológica e de acordo com o sistema de HACCP.

Execução de ações de repicagem nos locais identificados com infestação e sempre que necessário, até que se verifique uma ausência de vestígios da existência da praga.



Execução de relatórios técnicos de intervenção, com indicação dos locais intervencionados e referência ao nível de infestação.

Os produtos e técnicas a utilizar deverão ter em consideração a eficácia no controlo de pragas, a preservação do meio ambiente e segurança de pessoas e animais. Os produtos deverão ser adquiridos em Laboratórios devidamente homologados e autorizados pelas autoridades competentes (Direção-Geral de Saúde - DGS ou pela Direção-Geral de Alimentação e Veterinária - DGAV).

25

### **3.1.3 Meios técnicos e equipamentos**

A entidade prestadora do serviço deverá assegurar o fornecimento de meios humanos devidamente qualificados para a tarefa atribuída, máquinas, equipamentos, materiais e recursos/consumíveis necessários e adequados à execução da prestação do serviço de desinfestações e controlo de pragas (murídeos, blatídeos e insetos) na área territorial do Município da Lourinhã.

A entidade prestadora do serviço deverá assegurar a identificação dos meios humanos e equipamentos, como exemplo, logotipo da entidade e a utilização de equipamentos de proteção individual adequados e necessários à tipologia da prestação de serviços em causa.

Disponibilização de contactos para comunicação direta com os responsáveis técnicos e disponibilização de informação técnica, nomeadamente, certificados de tratamento, fichas técnicas, fichas dados de segurança, autorizações de venda da DGS e DGAV, plantas de localização de iscos, gráficos e ou mapas que ilustrem a incidência dos focos de infestação e ou de atuação, folhas de serviço, relatórios, outros documentos ou plataformas digitais considerados relevantes para a atividade.

## **4. Prazo de execução**

O prazo da execução da prestação de serviços será de 12 (doze) meses, a contar da data da formalização da adjudicação.



## 5. Local / Identificação dos serviços

A prestação de serviços de desinfestações e controlo de pragas (murídeos, blatídeos e insetos) será na área territorial do Município da Lourinhã, designadamente nos locais mencionados no ponto 3.1.1 *Locais e tipo de intervenção*.

As propostas devem conter o modo de composição do preço total sem IVA, apresentando uma lista de preços unitários, tais como:

<i>Locais a intervir de acordo com o descrito em 3.1.1</i>	Preço Unitário/ Intervenção (€) (S/IVA)	N.º Intervenções	Preço total (€) (S/IVA)
3.1.1.1 Localidades			
Lourinhã		4	
Marteleira		4	
Miragaia		4	
Moita das Ferreiros		4	
Moledo		4	
Nadrupe		4	
Pena Seca		4	
Praia da Areia Branca		4	
Porto Dinheiro		4	
Reguengo Grande		4	
Ribamar		4	
Seixal		4	
Toledo		4	
Ventosa		4	
Vimeiro		4	
Zambujeira do Mar		4	
3.1.1.2 Equipamentos / Instalações Municipais			
Armazém, Oficinas e Estaleiro Municipal		4	
Arquivo Municipal		4	



Centro de Interpretação da Batalha do Vimeiro		4	
Depósito Temporário de Resíduos – Centro de Recolha		4	
Edifício Paços do Município		4	
Estádio Municipal		4	
Loja Social		4	
Mercado Municipal da Lourinhã		12	
Mercado Municipal da Praia da Areia Branca e lojas municipais		12	
Parque de Campismo da Praia da Areia Branca		6	
Refeitório Municipal – 1º andar do Mercado Municipal da Lourinhã		4	
Refeitório Municipal – Edifício das Oficinas Municipais e Estaleiro		4	
UCSL - Centro de Saúde da Lourinhã,		4	
UCSL - Polo da Moita dos Ferreiros		4	
UCSL - Polo do Reguengo Grande		4	
UCSL - Polo de Ribamar.		4	
3.1.1.3 Bairros Municipais			
Bairro da Atalaia		4	
Bairro da Eira		4	
Bairro da Ladeirinha		4	
Bairro da Moita dos Ferreiros		4	
Bairro do Moledo		4	
Bairro da Sagrada Família		4	
Bairro de São Bartolomeu dos Galegos		4	
Bairro São Francisco de Assis		4	
3.1.1.4 Equipamentos Escolares Municipais			
Escola Básica Atalaia		2	
Escola Básica Cabeça Gorda		2	
Escola Básica Casal Novo		2	
Escola Básica Dr. Afonso Rodrigues Pereira		4	
Escola Básica Dr. Catanho de Menezes		4	



Escola Básica Dr. João das Regras		4	
Escola Básica Marquiteira		2	
Escola Básica Marteleira		2	
Escola Básica Moita dos Ferreiros		4	
Escola Básica Moledo		2	
Escola Básica da Praia da Areia Branca		2	
Escola Básica Reguengo Grande		4	
Escola Básica Ribamar		4	
Escola Básica Salvador Leonardo Ferreira		2	
Escola Básica Seixal		2	
Escola Básica Vimeiro		2	
Escola Básica Zambujeira		2	
Escola Secundária Dr. João Manuel da Costa Delgado		4	
Jardim Infância Atalaia		2	
Jardim Infância Miragaia		2	
Jardim Infância Moledo		2	
Jardim Infância Ventosa		2	
3.1.1.5 Intervenções pontuais			
Intervenção pontual mediante solicitação		20	
Preço total (€) (S/IVA)			

## 6. Condições de pagamento

O Município da Lourinhã efetuará o pagamento ao prestador de serviços, de acordo os valores constantes na proposta adjudicada, após a execução do serviço e da emissão de relatórios técnicos de cada intervenção.

## 7. Gestor do Contrato

Gestora do contrato a técnica superior da DAA/CA Sofia Delgado.

